



CARTA ANUAL

— de **Políticas Públicas &** —
Governança Corporativa



SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO DA EMPRESA	3
2 CONTRIBUIÇÕES PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS	6
2.1. ENTREGAS DE VALOR PÚBLICO	6
2.2 INFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA	11
2.3 DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS, COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES E FATORES DE RISCO	16
2.4 DECLARAÇÃO DE RECURSOS	23
2.5 ADERÊNCIA AOS ODS E INICIATIVAS ESG	24
3 GOVERNANÇA CORPORATIVA	26
3.1 COMPOSIÇÃO E REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	26
3.2 INOVAÇÕES EM GOVERNANÇA CORPORATIVA	29
4 PORTO ORGANIZADO DE ITAJAÍ	30
4.1 GESTÃO DELEGADAS DO PORTO DE ITAJAÍ	30
4.2 CONTRIBUIÇÕES PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS	30
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	35



CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em atenção ao disposto no art. 8º, incisos I e VIII, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício social de 2025.

O presente documento tem por objetivo comunicar à sociedade, ao poder público e aos demais stakeholders os principais resultados, ações institucionais e práticas de governança adotadas pela Autoridade Portuária de Santos no ano de 2025, bem como no âmbito do Porto de Itajaí, em razão da delegação de competência descrita em documento próprio entre as partes.

A Carta reforça o compromisso da Autoridade Portuária de Santos com a transparência, a prestação de contas, a boa governança corporativa e a integração entre política pública, eficiência operacional e desenvolvimento sustentável dos portos de Santos e Itajaí.

1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

INFORMAÇÕES CADASTRAIS

- CNPJ 44.837.524/0001-07
- NIRE 35300008448
- Sede: Santos/SP
- Tipo de estatal: Empresa Pública
- Acionista controlador: União
- Tipo societário: Sociedade por Ações
- Estrutura de capital: Capital fechado
- Setor de atuação: Administração da infraestrutura portuária
- Diretor de Administração e Finanças: Julio César Alves de Oliveira
- Telefone: 13 3202-6565
- E-mail: julio.oliveira@portodesantos.gov.br
- Auditores Independentes atuais da empresa: Audimec Auditores Independentes
- Telefone: (81) 3338-3525
- E-mail: thomaz@audimec.com.br
- Sítio eletrônico: www.audimec.com.br



Conselheiros de Administração subscritores da Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa:

- Carlos Henrique Martins de Lima;
- Cassandra Maroni Nunes;
- Erick Moura de Medeiros;
- Gustavo de Oliveira e Silva;
- Luciana Fuschini Nave;
- Sidney Antonio Verde; e
- Vitor Camargo de Rosis.

Data de divulgação: 27/04/2026

Natureza Jurídica e Vinculação Institucional da APS

A Autoridade Portuária de Santos S.A. (APS) é uma empresa pública, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com personalidade jurídica de direito privado. Integra a administração indireta da União, estando vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos (MPor).

A APS rege-se por seu Estatuto Social, pela Lei nº 6.404/ 1976, e suas alterações, pela Lei nº 12.815/ 2013, pela Lei nº 13.303/2016, pelo Decreto nº 8.033/2013, pelo Decreto nº 8.945/ 2016, e por outras legislações pertinentes.

Interesse Coletivo e Imperativo de Segurança Nacional

A criação da APS é respaldada pelo interesse coletivo de garantir a eficiência e a continuidade das operações portuárias, essenciais para o comércio exterior brasileiro e para a segurança do abastecimento nacional. Sua missão institucional é exercer as funções de autoridade portuária no Porto Organizado de Santos.

Adicionalmente, por meio do Convênio de Descentralização nº 002/2024, de 12 de dezembro de 2024, a Autoridade Portuária de Santos passou a administrar o Porto Organizado de Itajaí a partir de 2025. Posteriormente, em 04 de dezembro de 2025, foi celebrado o Convênio de Descentralização nº 01/2025, firmado entre o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e a Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA, que assumiu a administração e exploração do Porto Organizado de Itajaí (SC), com vigência iniciada em 03 de janeiro de 2026.

Instrumento de Criação: Decreto nº 85.309, de 30 de outubro de 1980.

Função Institucional

Conforme estabelecido na Lei nº 12.815/2013, a Companhia desempenha no setor portuário a função institucional de Autoridade Portuária. De acordo com o artigo 17 dessa lei, a administração do porto é exercida diretamente pela União, pela delegatária ou pela entidade concessionária do porto organizado.

A Companhia é responsável pela operação e exploração do Porto de Santos, alinhando-se aos objetivos, políticas públicas e programas governamentais destinados ao desenvolvimento do setor portuário, destacando-se o Plano Estratégico do Ministério Supervisor, o Plano Mestre do Porto de Santos e o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ).



Estrutura de Controle Acionário

A Autoridade Portuária de Santos S.A. é uma empresa pública cujo acionista majoritário é a União Federal.

Movimentação de Cargas

Em 2025, o Porto de Santos manteve sua posição de liderança no cenário portuário brasileiro, consolidando recordes históricos de movimentação. A movimentação total de cargas e o desempenho operacional confirmaram a importância estratégica do porto para a economia nacional. No acumulado de 2025, o Porto de Santos atingiu a marca de 186,4 milhões de toneladas movimentadas, tendo um aumento de 3,6% em relação ao resultado do mesmo período de 2024 (179,8 milhões t).

Atracações

O número de atracações manteve-se em patamares elevados, refletindo a intensa atividade portuária e a capacidade de atendimento às demandas do comércio exterior.

Desempenho Financeiro

O desempenho financeiro permaneceu robusto, com geração de receitas tarifárias e patrimoniais expressivas, provenientes da movimentação de cargas e dos contratos de arrendamento de áreas portuárias.

Impacto Regional

O Porto de Santos desempenha papel fundamental na economia da Baixada Santista e do Estado de São Paulo, contribuindo significativamente para a geração de empregos, renda e desenvolvimento regional. A atividade portuária integra-se estrategicamente às principais cadeias produtivas brasileiras, especialmente nas áreas de exportação e importação de mercadorias. Em nível nacional, o Porto de Santos destacou-se, em 2025, ao responder por 29,6% do total da corrente de comércio exterior brasileira.

INDICADORES-CHAVE	INDICADORES-CHAVE
Movimentação Total	186.362.536 de toneladas
Atracações	5.708
Receita Operacional Líquida	R\$ 1.933.445 (Mil)
Lucro Líquido	R\$724.614 (Mil)
Margem EBITDA ajustado	57,10%
EBITDA ajustado	1.072.882 (Mil)



2. CONTRIBUIÇÕES PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

2.1 ENTREGAS DE VALOR PÚBLICO

Alinhamento com Políticas Públicas

As atividades realizadas pela Companhia visam atender as políticas públicas do setor portuário, bem como ao seu objeto social, conforme estabelecido em seu Estatuto Social, sem exclusão de outras funções previstas em Lei, e à Administração do Porto Organizado, em especial à Lei nº 12.815, de 2013, e o Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013.

A APS desenvolve suas atividades em consonância com os instrumentos de políticas públicas que regem o setor portuário brasileiro, contribuindo diretamente para:

- Facilitação do Comércio Exterior: Garantindo infraestrutura portuária adequada para movimentação eficiente de cargas de exportação e importação;
- Desenvolvimento Econômico Regional: Promovendo investimentos em infraestrutura que impulsionam a economia da Baixada Santista;
- Integração Logística Nacional: Conectando o Porto de Santos às principais cadeias produtivas brasileiras através de acessos terrestres e aquaviários eficientes ; e
- Segurança Nacional: Assegurando a continuidade das operações portuárias essenciais para o abastecimento do país.

Ideologia Empresarial

Em conformidade com os instrumentos de Políticas Públicas que regem as atividades da Companhia e alinhada ao seu objeto social, a APS adota a seguinte ideologia empresarial:

- Missão: Exercer as funções de autoridade portuária, promovendo o desenvolvimento sustentável do Porto de Santos e garantindo a excelência na prestação de serviços portuários.
- Visão: Ser reconhecida como referência em gestão portuária, eficiência operacional e sustentabilidade na América Latina.
- Valores: Agilidade e Eficiência, Compromisso com o Resultado, Ética, Inovação, Trabalho em Equipe, Valorização das pessoas.

Planejamento Estratégico

O Plano Estratégico da Companhia é elaborado e atualizado em consonância com as políticas públicas e diretrizes do planejamento portuário, assegurando o alinhamento de suas ações institucionais com as prioridades governamentais, as demandas do setor e os objetivos de desenvolvimento sustentável do complexo portuário.



POLÍTICAS PÚBLICAS

- Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP)
- Plano Mestre do Complexo Portuário de Santos

PLANEJAMENTO PORTUÁRIO

- Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Santos;
- Plano Estratégico;
- Plano de Negócios.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E TÁTICOS

- Metas executivas

Para alcançar sua visão, a atuação da APS se baseia em cinco eixos estratégicos e 16 temas estratégicos, conforme apresentado no Plano Estratégico Ciclo 2023-2027, disponível no sítio eletrônico do Porto de Santos:

PLANO ESTRATÉGICO

2023 - 2027

5 EIXOS

16 TEMAS ESTRATÉGICOS



Integração com Cadeias Produtivas

O Porto de Santos é um porto multipropósito, proporcionando soluções para a movimentação de diversos tipos de carga. Possui uma integração estratégica com várias cadeias produtivas, especialmente nas áreas de exportação e importação de mercadorias:

- Agronegócio: Movimentação de grãos (soja, milho), açúcar, café, fertilizantes, carnes, e outros produtos agrícolas;
- Indústria: Contêineres com produtos manufaturados, celulose, veículos, máquinas e equipamentos;
- Energia: Combustíveis, derivados de petróleo e produtos químicos;
- Mineração: Minérios e produtos siderúrgicos.

Impacto Regionalizado

- Em 2025, o Porto de Santos foi responsável pela movimentação de 29,6% do total da corrente comercial brasileira com o exterior, ou seja, foi responsável pela movimentação de mercadorias no valor de US\$ 186,4 bilhões.



Em volume de mercadorias, o Porto de Santos movimentou 186,4 milhões de toneladas, recorde histórico de movimentação anual representando um aumento de 3,6% em relação ao ano de 2024, com forte participação na movimentação de carga containerizada com aumento de 3,9% em relação a 2024 alcançando a marca recorde de 5,9 milhões de TEU e 62 milhões de toneladas em cargas.

No ano de 2025 ocorreram 5.708 atracações, patamar 2,7% superior ao registrado em 2024 (5.556). Excluídos os navios de passageiros e da Marinha, foram registradas 4.628 atracações de navios de longo curso (aumento de 3,4% ante o ano de 2024) e 898 navios de cabotagem (queda de 0,6%).

Resultados do Exercício Anterior e Expectativas Futuras

O desempenho financeiro de 2025 foi muito positivo, com lucro líquido de R\$ 724,61 milhões. A receita líquida atingiu R\$ 1,93 bilhão e o EBITDA ajustado atingiu a marca histórica de R\$ 1,07 bilhão, com margem de 57,1%.

Compromissos para 2026

Para 2026, em cumprimento às políticas públicas, a APS mantém metas ambiciosas, incluindo:

- **Infraestrutura de acesso rodoviário:** continuidade dos projetos e obras para melhorias das avenidas perimetrais e modernização dos acessos ao porto (essenciais para a otimização dos fluxos logísticos e a sustentação do crescimento da movimentação de cargas), dentre os quais se destacam o Novo Acesso à Margem Direita do Porto de Santos, o Acesso à Ilha Barnabé, a Avenida Perimetral da Margem Direita - APMD (trecho Alemoa) e a Avenida Perimetral da Margem Esquerda - APME (2ª fase), as duas últimas incluídas no Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal;
- **Infraestrutura de acesso aquaviário:** conclusão das obras de Derrocamento das Rochas no Canal de Navegação, início das obras de Dragagem de Aprofundamento do Canal para atingir 16 metros, ambas integrantes do Novo PAC do Governo Federal, bem como estudos para o alcance de 17 metros de profundidade, cruciais para o aprimoramento da navegabilidade e da capacidade de recepção de embarcações de grande porte;
- **Infraestrutura de acostagem:** obras e serviços de Recuperação e Reforço do Cais da Ilha Barnabé, empreendimento incluído no Novo PAC do Governo Federal, prolongando a vida útil do cais e aumentando a capacidade operacional de Granéis Líquidos no Porto de Santos;
- **Zona de Processamento de Exportação (ZPE):** avanço nos estudos para instalação de ZPE, visando atrair novas indústrias e geração de empregos qualificados; e
- **Leilão Tecon Santos 10:** acompanhamento do processo licitatório do terminal previsto pelo Governo Federal.



Alinhamento Estratégico

Os compromissos da Companhia para 2026 estão alinhados ao seu Planejamento Estratégico. Com o objetivo de impulsionar sua execução e assegurar o atendimento às políticas públicas do setor portuário, são estabelecidas metas de gestão por meio de instrumentos, como o Programa de Honorário Variável Mensal (HVM), Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e o Programa de Remuneração Variável Anual (RVA).

As metas de gestão definidas no âmbito do Programa de HVM são estabelecidas pela Secretaria Nacional de Portos do Ministério de Portos e Aeroportos (SNP/MPor) e pelo Conselho de Administração.

O Programa HVM é um mecanismo de estímulo aos membros da Diretoria Executiva, voltado ao alcance de metas desafiadoras vinculadas ao planejamento estratégico da Companhia. O programa busca promover a melhoria contínua das práticas de gestão, ampliando a concorrência, competitividade, eficácia e eficiência das empresas estatais federais responsáveis pela administração portuária, conforme previsto na Portaria nº 172, de 16 de maio de 2023, do Ministério de Portos e Aeroportos. A remuneração variável mensal é calculada com base no percentual de cumprimento das metas de gestão pelos dirigentes da Companhia.

Em adição, o Programa de Remuneração Variável Anual (RVA) contempla uma dimensão específica voltada às políticas públicas, que corresponde a 50% do total do programa. Para o RVA 2026, os principais indicadores propostos para essa dimensão incluem:

Indicador	Fórmula	Descrição
Movimentação per capita	$\frac{\text{(Tonelagem Movimentada da Sede/12)}}{\text{(Nº total de empregados da Sede)}}$	Expressa a produtividade média dos empregados da Sede (sem considerar Diretores e Membros de Conselho), relacionando o volume anual de carga movimentada à força de trabalho alocada. O indicador visa demonstrar a melhoria da eficiência operacional com relação à força de trabalho da Companhia.



Indicador	Fórmula	Descrição
Índice de Cumprimento de Metas Executivas	Quantidade de Metas Executivas Realizadas/ Quantidade de Metas Executivas Planejadas	Expressa o grau de execução de ações estratégicas e prioritárias da Companhia, especialmente aquelas voltadas ao atendimento de políticas públicas e diretrizes governamentais, promovendo maior alinhamento entre o planejamento institucional e as entregas realizadas.
Índice de Cumprimento de ações Pacto pela Sustentabilidade	Quantidade de ações Realizadas/ Quantidade de ações Planejadas	Expressa o grau de implementação das iniciativas da Companhia alinhadas ao Pacto pela Sustentabilidade do MPOR, instituído pela Portaria nº 58/2025, e que visa promover práticas sustentáveis no setor portuário, aeroportuário e hidroviário, incentivando a responsabilidade socioambiental e a governança.
Índice de Gestão das Autoridades Portuárias - IGAP	Cálculo da composição do IGAP estabelecido na Portaria nº 574, de 26/12/2018.	O Índice de Gestão das Autoridades Portuárias - IGAP avalia a qualidade da administração das Autoridades Portuárias sob diversos aspectos tais como, desempenho financeiro, ambiental, eficiência na gestão dos recursos humanos, regularidade fiscal e trabalhista, entre outros, conforme estabelecido na Portaria nº 574, de 26/12/2018.

Esses indicadores e suas metas têm como objetivo assegurar a implementação da estratégia corporativa, garantir a obtenção de resultados consistentes pela Companhia e efetivar a execução das políticas públicas.

Após a apuração dos resultados alcançados no Programa de Remuneração Variável Anual (RVA), o relatório consolidado de execução é divulgado na página do Porto de Santos, em seção específica dedicada à governança corporativa e à transparência, garantindo ampla publicidade e acesso aos interessados. Para saber o resultado do RVA 2025 acesse: <https://www.portodesantos.com.br/wp-content/uploads/PROGRAMA-RVA-2025.pdf>

Para saber mais sobre a Governança Corporativa da APS, acesse: <https://www.portodesantos.com.br/autoridade-portuaria-de-santos/governanca-corporativa/conselhos-e-orgaos-colegiados/>



2.2 INFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

Estrutura de Controle Acionário

A Autoridade Portuária de Santos S.A. é uma empresa pública cujo acionista controlador é a União. A empresa é organizada como uma sociedade por ações de capital fechado.

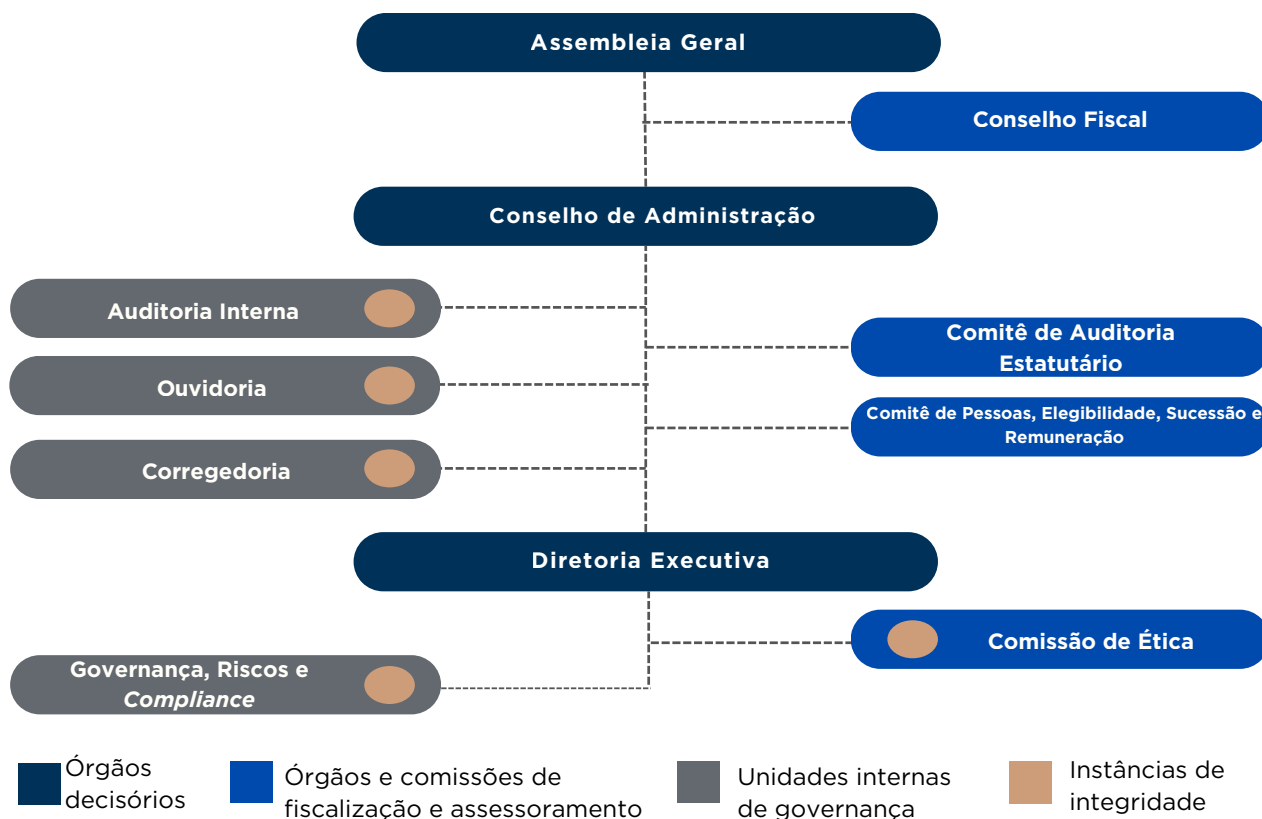
COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA



Instâncias de Governança

As práticas de governança da APS são realizadas por estruturas administrativas compostas por instâncias internas de modo que os resultados esperados pelas partes relacionadas sejam alcançados de forma legítima.

A estrutura de governança da APS compreende:





Órgãos Decisórios

Responsáveis por definir e avaliar a estratégia e as políticas da APS, além de monitorar a conformidade e o desempenho, devendo agir nos casos em que desvios forem identificados.

- Assembleia Geral;
- Conselho de Administração; e
- Diretoria Executiva.

Órgãos e Comissões de Fiscalização e Assessoramento

Responsáveis por apoiar a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva em suas atribuições e na fiscalização e controle para o melhor andamento da Companhia.

- Conselho Fiscal;
- Comitê de Auditoria Estatutário; e
- Outros Comitês de Assessoramento.

Unidades Internas de Governança

Realizam a comunicação entre as partes interessadas internas e externas à APS, além de avaliações que monitoram riscos e controles internos, comunicando quaisquer disfunções ao Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

- Auditoria Interna;
- Ouvidoria; e
- Corregedoria.

Instâncias de Integridade

Estruturas que possuem como objetivo principal promover, monitorar e garantir a integridade institucional e desempenhar papel crucial na prevenção, detecção, punição e remediação de atos de corrupção, fraudes e desvios éticos, além de promover a transparência e a conformidade com normas éticas e legais.

- Superintendência de Governança, Riscos e Compliance;
- Gerência de Compliance; e
- Supervisão de Riscos e Controles Internos.
-

As informações sobre cada órgão, bem como estrutura e atas de reuniões, encontram-se disponibilizadas no site do Porto de Santos:

<https://www.portodesantos.com.br/santos-port-authority/governanca-corporativa/conselhos-e-orgaos-colegiados/>

Gestão de Riscos e Controles Internos

O modelo de Gestão de Riscos e Controles Internos estão alinhados com a Política de Gestão de Riscos vigente, aprovada na 652ª reunião do Conselho de Administração, através da deliberação nº 16.2023, de 19 de janeiro de 2023, esta Política de Gestão de Riscos e Controles Internos tem por finalidade estabelecer a estrutura e o processo de governança corporativa dos riscos, os princípios, diretrizes e responsabilidades que orientam a gestão de riscos e controles internos de forma integrada.



A Autoridade Portuária de Santos acredita na gestão de riscos proativa envolvendo toda a organização como ferramenta na busca do alcance dos seus objetivos. Conforme definido em sua Política de Gestão de Riscos, a Companhia estrutura os papéis e as responsabilidades de acordo com o Modelo das Três Linhas, proposto pelo Institute of Internal Auditors (IIA).

Modelo das Três Linhas de Defesa



Para saber mais, acesse:

[http://](http://www.portosantos.gov.br/politica-de-gestao-de-riscos)  [Política de Gestão de Riscos](http://www.portosantos.gov.br/politica-de-gestao-de-riscos)

Para saber mais acesse:

[http://](http://www.iiabrazil.org)  [Instituto dos Auditores Internos do Brasil](http://www.iiabrazil.org) [MODELO DAS TRÊS LINHAS DO IIA](#)

A **1ª linha** é formada pelas Unidades Organizacionais, que atuam nas operações da Companhia. Essas unidades são responsáveis pela identificação de riscos dentro dos processos em que atuam e pela operacionalização dos controles internos, monitoramento e implementação de ações preventivas e corretivas para mitigação dos riscos.



A **2ª linha** está estruturada pela Superintendência de Governança, Riscos e Compliance, composta pelas Gerências de Planejamento Estratégico e Projetos, Compliance, Secretaria de Governança Corporativa e Supervisão de Riscos e Controles Internos. Esta estrutura tem a função de apoiar a primeira linha de defesa na construção de diretrizes e metodologia para gestão e mitigação dos riscos, assim como de disseminar o conhecimento e cultura de Riscos, Controles Internos e Compliance na Companhia.

A **3ª linha** é realizada pela Superintendência de Auditoria, cuja responsabilidade é avaliar de forma sistemática o processo de gerenciamento de riscos na Companhia, com atuação de forma independente nos processos de medição e avaliação da eficácia e eficiência dos controles internos da Companhia, além de recomendar melhorias quando necessário.

Como forma de operacionalizar as diretrizes da Política de Gestão de Riscos, a Companhia apresenta dois normativos internos detalhando as atividades referentes a gestão de riscos de processos e gestão de riscos corporativos.

Modelo das Três Linhas de Defesa

Também fazem parte do ambiente de controle e governança da Autoridade Portuária de Santos, os seguintes normativos:

- Estatuto Social;
- Código de Ética;
- Manual de Conduta e Integridade;
- Política de Transações com Partes Relacionadas;
- Política de Gestão de Pessoas;
- Política de Competências e Alçadas Decisórias dos Administradores;
- Política de Divulgação de Informações relevantes;
- Política de Governança Corporativa;
- Política de Integridade;
- Política de Porta-Vozes;
- Política de Seleção dos Titulares das Unidades Internas de Governança;
- Política de Indicação e Sucessão dos membros dos Órgãos Estatutários;
- Política de Remuneração dos membros dos Órgãos Estatutários;
- Regimento Interno da Autoridade Portuária de Santos;
- Regulamento Interno de pessoal;
- Plano de Dispendios Globais; e
- Relatório Anual de Auditoria Interna.

Auditoria Independente

A Companhia contrata serviços de auditoria independente para avaliar a consistência das demonstrações contábeis trimestrais e anuais, cujos resultados são divulgados em seu site e, no caso das demonstrações anuais, também em jornal de grande circulação regional.

Em conformidade com as normas brasileiras de auditoria, os auditores independentes avaliam a adequação das políticas contábeis e dos controles re-



relevantes, referentes ao processo de preparação e divulgação das demonstrações contábeis, a fim de obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar sua opinião e emissão de parecer. Com o objetivo de assegurar a independência dos auditores independentes, eles não prestam serviços além daqueles relacionados à avaliação das demonstrações contábeis da Companhia.

As demonstrações contábeis também passam por avaliação dos órgãos estatutários, ou seja, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria, Conselhos Fiscal e de Administração.

Reforçando as melhores práticas na preparação e divulgação das demonstrações contábeis, o Comitê de Auditoria assessora o Conselho de Administração, no exercício das suas funções de auditoria e de fiscalização, manifestando-se, dentre outros, sobre a qualidade das demonstrações contábeis.

Tarifas Portuárias

A Autoridade Portuária de Santos é responsável pela arrecadação das tarifas no Porto de Santos, com o objetivo de garantir a remuneração do capital, promover melhorias e expansão dos serviços, e assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da Companhia.

As tarifas portuárias cobradas pelo serviço prestado pela APS estão organizadas de acordo com a "Estrutura Tarifária Padronizada das Administrações Portuárias" definida pela ANTAQ.

TABELA	DESCRIÇÃO
TABELA I	INFRAESTRUTURA DE ACESSO AQUAVIÁRIO
TABELA II	INSTALAÇÕES DE ACOSTAGEM
TABELA III	INFRAESTRUTURA OPERACIONAL OU TERRESTRE
TABELA IV	MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS
TABELA V	UTILIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE ARMAZENAGEM
TABELA VI	UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS
TABELA VII	DIVERSOS PADRONIZADOS
TABELA VIII	USO TEMPORÁRIO E ARRENDAMENTO REALIZADO COM BASE EM ESTUDOS SIMPLIFICADOS
TABELA IX	COMPLEMENTARES

O detalhamento das tarifas encontra-se disponível no sítio eletrônico do Porto de Santos em <https://www.portodesantos.com.br/informacoes-operacionais/operacoes-portuarias/tarifas-portuarias/>.

(*) nas tabelas IV, V e VI, apesar de padronizado pela ANTAQ, a APS não realiza tais serviços aos usuários do porto.



2.3 DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS, COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES E FATORES DE RISCO

Retrato da Situação Econômico-Financeira

O excelente desempenho na movimentação de cargas, aliado à continuidade das ações de austeridade e racionalização de gastos, permitiram o atingimento de R\$ 724,6 milhões de lucro líquido, e um EBITDA ajustado de R\$ 1,07 bilhão, aumento de 14,0% com relação a 2024.

Movimentação de Cargas

No acumulado de 2025, o Porto de Santos movimentou 186,4 milhões de toneladas, crescimento de 3,6% em relação ao mesmo período de 2024 (179,8 milhões t). Os embarques somaram 137,4 milhões de toneladas, alta de 4,6%, com destaque para o aumento nas exportações de soja em grãos (+25,0%), carga containerizada (+2,2%) e farelo de soja (+3,0%). Por outro lado, houve quedas relevantes nos embarques de açúcar a granel (-11,3%), milho (-4,6%) e álcool (-22,1%). Já os desembarques alcançaram 49,0 milhões de toneladas, avanço de 1,0% frente a 2024, impulsionados principalmente pela carga containerizada (+5,9%), gasolina e soda cáustica, enquanto GLP, óleo diesel/gasóleo e adubo a granel registraram retrações.

A movimentação de contêineres atingiu 5,91 milhões de TEU (3,43 milhões de unidades), crescimento de 7,7% em comparação a 2024. Em termos de peso, a movimentação de cargas containerizadas totalizou 62,3 milhões de toneladas, representando aumento de 3,9% em relação ao ano anterior.

Receita Bruta

Na avaliação do desempenho geral da receita houve expressivo crescimento de 17,5%. As receitas tarifárias, diante da revisão de modelo implementado em 2022, contribuíram significativamente para a saúde financeira da Companhia. A arrecadação tarifária alcançou o patamar de R\$ 1,1 bilhão.

Com relação à receita patrimonial, houve incremento da ordem de 15,1%, atingindo a marca de R\$ 1,1 bilhão, em decorrência dos novos contratos de arrendamentos, a otimização na exploração das áreas portuárias, bem como os reajustes contratualmente previstos.

Ao analisar somente o Porto de Santos, as receitas tarifárias totalizaram, em 2025, R\$ 974,4 milhões, representando um crescimento de 6,4% em relação a 2024. Já as receitas patrimoniais, somaram R\$ 1,0 bilhão, com aumento de 9,8% na comparação com o exercício do ano anterior.

Custos operacionais

Os custos operacionais, excluindo-se os eventos extraordinários totais, aumentaram em 17,1% em relação ao ano anterior, em decorrência da contabilização dos gastos do Porto de Itajaí. Cotejando-se apenas os valores do Porto de Santos, a variação foi de 2,7% a maior que 2024, valor aderente ao se considerar que os contratos são de prestação continuada e sofrem reajuste pelo IPCA em sua maioria.



Despesas gerais e administrativas

O total de despesas gerais e administrativas, excluindo-se os eventos extraordinários totais, demonstrou aumento de 63,1% em 2025, com destaque para as rubricas de Informática (197,0%), diárias e passagens (153,0%) e recepções e homenagens (150,9%) Ao excluir-se os gastos com o Porto de Itajaí, observa-se um aumento de 35,3%. A Companhia tem priorizado investimentos com desenvolvimento de seu quadro de colaboradores, bem como participação nos principais eventos do setor, com o fito de fortalecer a marca.

EBITDA ajustado

O EBITDA ajustado de 2025 refletiu o bom desempenho das receita e os ganhos de eficiência que mantiveram os custos e despesas sob controle, alcançando novo recorde de R\$ 1,073 bilhão, com margem de 57,1%. Para fins de comparação, o EBITDA ajustado somente do Porto de Santos foi de R\$ 1,019 bilhão, com margem líquida de 59,2%. Para efeito de mensuração do EBTIDA ajustado, foram excluídos, principalmente, os impactos não recorrentes relacionados com resultados de provisões extraordinárias, bem como receitas extraordinárias recebidas por fatos geradores de anos anteriores. Também foram desconsiderados os efeitos do acordo celebrado com o Portus, em março de 2025, e os respectivos gastos advocatícios associados.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido demonstrou melhora significativa, sendo que o resultado de 2025 foi equivalente a R\$ 431,8 milhões superavitário, contra um valor de R\$ 241,9 milhões registrado em 2024. A receita financeira foi fortemente favorecida pela maior posição de caixa ao longo do ano e pelo aumento das taxas de juros que se refletiram em expressivo crescimento no rendimento das aplicações financeiras.

Custos operacionais

As Informações Trimestrais (ITR) contendo as demonstrações financeiras, contábeis, pareceres da auditoria externa e notas explicativas encontram-se disponibilizadas no site do Porto de Santos: https://intranet.portodesantos.com.br/docs_codesp/doc_codesp_pdf_site.asp?id=161993

Para consultar as demonstrações financeiras dos demais exercícios acessar: <https://www.portodesantos.com.br/informacoes-financeiras/visao-geral-financeiro/?pagina=informacoes-financeiras/central-de-resultados/>

Comentários dos Administradores

No ano de 2025, a Autoridade Portuária de Santos apresentou resultados expressivos, reforçando o papel estratégico do Porto de Santos para a economia brasileira.

Alinhada à missão de prover infraestrutura eficiente e à execução de políticas públicas, a APS ampliou suas ações, tanto na área de infraestrutura portuária e de utilidades quanto em equipamentos públicos, visando atender a elevados níveis de utilização com qualidade, segurança e eficiência de custos.



Em 2025, a Companhia consolidou o Porto de Santos como líder no Brasil, alcançando resultados expressivos, como a movimentação superior a 5,9 milhões de TEU e 186,4 milhões de toneladas de cargas, evidenciando o crescimento contínuo e os desafios da gestão do maior porto da América Latina. Com foco no futuro, avançou em projetos estruturantes, como a concessão do Túnel Santos-Guarujá, investimentos em infraestrutura, inovação e ampliação da capacidade operacional, sustentados por sólida saúde financeira e reconhecidos por premiações em governança, transparência e desempenho.

Paralelamente, fortaleceu sua atuação institucional ao assumir a gestão do Porto de Itajaí durante o exercício de 2025, assegurando sua continuidade operacional, reafirmando o compromisso com eficiência, desenvolvimento logístico e geração de valor para a sociedade.

A APS foi também destacada no anuário Época Negócios, alcançando a 3ª colocação no eixo de Desempenho Financeiro entre 450 empresas avaliadas, evidenciando a solidez da gestão, a excelência da governança e a capacidade de gerar valor para o Porto de Santos e para a sociedade. Além disso, recebeu do Tribunal de Contas da União o Selo Diamante em Transparência Pública, em reconhecimento ao histórico de 100% de cumprimento dos critérios da Controladoria-Geral da União (CGU).

As principais ações da Companhia em 2025 seguiram os eixos estratégicos definidos em seu Plano Estratégico, com informações detalhadas disponíveis no Relatório Integrado 2025.

Documentos Disponíveis

O Relatório de Administração, bem como as demonstrações financeiras e o Relatório de Conclusões do Conselho de Administração do Plano de Negócios e Estratégia de Longo Prazo, estão disponíveis para acesso no site do Porto de Santos:

Documento	Link para acesso
Relatório de Administração 2025	<u>Relatório de Administração</u>
Demonstrações Financeiras	<u>Demonstrações financeiras</u>
Conclusões do Conselho de Administração	<u>Conclusões do Consad</u>



Riscos Corporativos e Fatores de Riscos

Por meio dos trabalhos de mapeamento dos riscos corporativos, foram identificados e classificados os principais riscos que podem afetar o alcance dos objetivos institucionais e a continuidade das atividades da Companhia:

Principais Riscos Corporativos Identificados

- **Risco de governança e cultura empresarial**

O Risco de Governança e Cultura Empresarial abrange fatores que podem impactar a eficiência, a ética e a coerência organizacional da Autoridade Portuária de Santos em relação à sua missão, visão e valores. Aspectos como interferência externa, desalinhamento da cultura organizacional, estruturas de liderança inadequadas, falhas nos processos decisórios, vacância em cargos estratégicos, perda de conhecimento e paralisações podem comprometer a transparência, a responsabilidade e a capacidade da empresa de alcançar seus objetivos estratégicos, além de afetar sua reputação junto aos stakeholders.

- **Risco de integridade**

O Risco de Integridade na Autoridade Portuária de Santos refere-se à exposição da empresa, enquanto estatal, a práticas que possam comprometer seus valores, a legalidade, a transparência e a conformidade de suas atividades. Esse risco pode manifestar-se por meio de condutas antiéticas, corrupção, fraudes ou violações de conformidade, gerando impactos negativos na reputação da Companhia, na confiança da sociedade, na eficiência da gestão de seus recursos e no cumprimento de sua missão institucional.

- **Risco de imagem negativa**

O Risco de Imagem Negativa está associado à possibilidade de danos à reputação e à percepção pública de uma organização. Esse risco pode ser desencadeado por diversos fatores, como incidentes ambientais, falhas operacionais, escândalos éticos ou uma gestão inadequada de crises. Tais situações resultam em impactos diretos na viabilidade das operações, comprometendo a competitividade da organização e dificultando o estabelecimento de novas relações comerciais.

- **Risco de gestão de contratos e arrendamentos**

O Risco de Gestão de Contratos e Arrendamentos refere-se aos desafios e vulnerabilidades associados à administração, fiscalização e cumprimento dos contratos de arrendamento portuário. Esse risco abrange fatores que podem impactar a eficiência operacional, a receita da Autoridade Portuária e a capacidade de atrair e manter investimentos. Uma gestão inadequada desses contratos pode resultar em perdas financeiras, conflitos com arrendatários, descumprimento de obrigações contratuais e prejuízos à reputação da empresa.



- **Risco de interrupção de acessos**

O Risco de Interrupção de Serviços Prestados abrange situações que podem comprometer a continuidade e a eficiência das operações da Autoridade Portuária de Santos. Diversos fatores podem afetar o fornecimento de serviços essenciais, impactando a funcionalidade, a segurança e a execução das atividades portuárias. Questões estruturais, falhas em sistemas de abastecimento e fornecimento, além de dificuldades na gestão de contratos e na execução de serviços, podem gerar impactos negativos no desempenho operacional.

- **Risco de catástrofes naturais**

O Risco de Catástrofes Naturais no contexto portuário abrange a vulnerabilidade das instalações e operações a eventos naturais extremos, como tempestades severas, vendavais, inundações e aumento do nível do mar. Estes eventos podem ocasionar danos significativos à infraestrutura portuária, incluindo quebra de equipamentos, destruição de estruturas e comprometer a acessibilidade ao porto, resultando em interrupções operacionais prolongadas. Além disso, tais catástrofes podem acarretar perdas financeiras substanciais, afetar a segurança de funcionários, clientes e usuários e provocar impactos ambientais negativos.

- **Risco de contaminação de meio ambiente**

O Risco de Contaminação do Meio Ambiente refere-se à possibilidade de ocasionar danos ambientais significativos em decorrência das operações portuárias. Os impactos podem incluir derramamentos de óleo, liberação de substâncias tóxicas, poluição do ar, solo e água, além de efeitos adversos sobre a biodiversidade local. Além das consequências ambientais diretas, essa situação pode resultar em penalidades legais, multas e danos consideráveis à reputação da empresa.

- **Risco econômico-financeiro**

O Risco Econômico-Financeiro na Autoridade Portuária engloba uma série de desafios que podem impactar a sua sustentabilidade econômica. Entre os principais fatores de vulnerabilidade econômico-financeiro estão as flutuações nas taxas de câmbio e juros, as variações na demanda por serviços portuários, os desafios relacionados às demonstrações financeiras aderentes às normas contábeis e à gestão de investimentos e ativos, entre outros, como a inadimplência de clientes que representam um desafio significativo, exigindo estratégias eficazes de cobrança e análise de crédito. No âmbito das áreas de Controladoria e Orçamento, destacam-se riscos associados à falta de dotação orçamentária no momento da tramitação de processos. A ausência de recursos alocados pode inviabilizar compras essenciais, comprometendo operações. Outro ponto crítico é a execução acima do limite orçamentário, o que pode levar à extrapolação do Orçamento de Investimentos.



- **Risco de gestão de bens de serviços**

O Risco de Gestão de Bens e Serviços refere-se aos desafios associados à aquisição, manutenção, gestão e supervisão de bens e serviços necessários para o funcionamento das operações portuárias. Engloba riscos relacionados à seleção inadequada de fornecedores, qualidade insatisfatória de materiais ou serviços, falhas na gestão de contratos, atrasos no fornecimento, falta de conformidade com requisitos legais ou regulatórios e problemas na logística de armazenamento e distribuição. Além disso, abrange impactos financeiros, operacionais e reputacionais que podem surgir de práticas ineficientes ou não alinhadas aos objetivos estratégicos do porto.

- **Risco de segurança das informações**

O Risco de Segurança das Informações envolve situações que comprometem a confiabilidade dos dados e sistemas críticos da empresa, incluindo perda, destruição, uso indevido ou acesso não autorizado a informações, inclusive pessoais. Abrange incidentes cibernéticos, vazamentos de dados e exploração de vulnerabilidades em infraestrutura de TI, podendo afetar a integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações essenciais para as operações portuárias.

- **Risco de segurança e saúde nas operações**

O Risco de Segurança e Saúde nas Operações envolve a possibilidade de acidentes, lesões ou problemas de saúde afetando funcionários, contratados ou visitantes nas instalações portuárias durante a movimentação de cargas pesadas, manuseio de materiais perigosos, trabalho em altura e outras atividades de alto risco inerentes às operações portuárias e inclusive a possibilidade de transmissão de doenças no ambiente portuário. Gerenciar esses riscos é crucial para a proteção da integridade física das equipes envolvidas e para evitar interrupções operacionais e responsabilidades legais.

- **Risco de gestão e inovação**

O Risco de Gestão e Inovação relaciona-se aos desafios de manter-se atualizado com as inovações tecnológicas e operacionais no setor portuário. Inclui riscos associados à implementação de novas tecnologias, como automação e sistemas de gestão digital, bem como a possibilidade de ficar para trás em relação a concorrentes mais inovadores, afetando a eficiência e competitividade do porto.

- **Risco de regulação e legislação**

O Risco de Regulação e Legislação é uma realidade intrínseca ao setor portuário. Mudanças nas leis, regulamentos e políticas, principalmente aquelas



relacionadas a contratos de exploração e prestação de serviços, podem afetar diretamente a viabilidade econômica e operacional de um Porto Organizado. Esses fatores demandam monitoramento constante e a implementação de estratégias eficazes para a mitigação de riscos.

Tratamento e Monitoramento de Riscos

As ações de tratamento para os riscos presentes no mapa de riscos da companhia são formalizadas pelas áreas técnicas em formulários de risco, registrando os mitigadores existentes, definição de indicadores para acompanhamento e definindo novos planos de tratamento.

O monitoramento realizado pelas áreas técnicas, bem como o resultado de avaliações específicas e demais informações da gestão de riscos da Autoridade Portuária de Santos são reportados periodicamente aos órgãos de governança da Companhia.

Fatores de Riscos

A Companhia está sujeita a fatores de risco inerentes ao ambiente portuário e ao setor de infraestrutura logística. Entre os principais fatores de risco monitorados destacam-se:

- **Fatores operacionais**, como limitações na capacidade da infraestrutura, interrupções nos serviços essenciais, obstruções ou restrições de acesso terrestre, ferroviário ou aquaviário, falhas em equipamentos e vulnerabilidades tecnológicas;
- **Fatores ambientais e climáticos**, incluindo a ocorrência de eventos extremos, tempestades, elevação do nível do mar, assoreamento e potenciais impactos ambientais decorrentes da atividade portuária;
- **Fatores regulatórios e legais**, relacionados a mudanças no marco regulatório do setor portuário, decisões judiciais e alterações de políticas públicas que possam afetar contratos, arrendamentos ou condições de operação;
- **Fatores econômicos e de mercado**, como flutuações macroeconômicas, variações na demanda por serviços portuários, pressão competitiva de outros portos e oscilações cambiais que impactem receitas e investimentos;
- **Fatores de integridade e governança**, incluindo riscos associados à conformidade, transparência, conduta ética e segurança da informação;
- **Fatores relacionados à cadeia de suprimentos**, como dependência de fornecedores críticos, disponibilidade de insumos essenciais e eventuais falhas em serviços terceirizados;
- **Fatores ligados à inovação e tecnologia**, incluindo obsolescência de sistemas, ataques cibernéticos e desafios na modernização de processos.

Os fatores de risco aqui apresentados derivam dos 16 riscos corporativos mapeados pela Autoridade Portuária de Santos e representam uma consolidação de suas causas estruturantes. A divulgação é feita em nível estratégico, de forma a assegurar transparência sem expor vulnerabilidades operacionais ou elementos sensíveis da estratégia empresarial.



2.4 DECLARAÇÃO DE RECURSOS

Os recursos para custeio das políticas públicas são originados pela geração de caixa operacional da Companhia, advindos de:

- 1.Receitas tarifárias: arrecadadas em decorrência da movimentação de cargas;
- 2.Receitas patrimoniais: oriundas dos arrendamentos de área;
- 3.Receitas de outorgas: provenientes de leilões de arrendamentos;
- 4.Receitas de aplicações financeiras: rendimentos de investimentos financeiros, e
- 5.Outras receitas operacionais: decorrentes de leilão de sucata, alienação de bens, etc.

Programa de Dispêndios Globais (PDG)

O limite do PDG de 2025 foi estabelecido pelo Decreto Presidencial nº 12.280 de 29 de novembro de 2024, e alterado pelas Portarias MGI nº 3.642 de 14 de maio de 2025 e MGI nº 11.032 de 05 de dezembro de 2025, e tendo último ajuste no processo de Remanejamento (mudança entre rubricas sem alterações dos valores totais dos blocos orçamentários). No que tange ao investimento, o limite autorizativo foi aprovado com a publicação da Lei Orçamentária Anual nº 15.121 em 10 de abril de 2025.

Investimentos 2026

Para 2026 a Lei Orçamentária Anual nº 15.346/2026, de 14 de janeiro de 2026, autoriza investimentos da ordem de R\$ 605,0 milhões no Porto de Santos, sendo que neste valor foi considerado R\$ 215,5 milhões referente à ligação seca entre Santos e Guarujá; entretanto, tal projeto não será registrado como investimento, visto que não atende aos critérios contábeis. No que tange às despesas correntes/outras e de capital, o limite estabelecido pelo decreto nº 12.804 de 29 de dezembro de 2025 referente ao Programa de Dispêndios Globais - PDG foi de R\$ 3,1 bilhões.

Foi encaminhada, em fevereiro de 2026, a primeira proposta de reprogramação, no valor de R\$ 2,8 bilhões, já desconsiderando os gastos do Porto Organizado de Itajaí, tendo em vista o término da concessão da gestão do Porto de Itajaí em 31 de dezembro de 2025, que está em análise pela Secretaria de Coordenação e Governança das Estatais – SEST.

Em atendimento aos princípios de transparência e publicidade da gestão pública, as informações referentes aos investimentos, às receitas, despesas e execução orçamentária e financeira são divulgadas no sítio institucional, na seção específica de receitas e despesas. Nesse ambiente eletrônico são disponibilizados demonstrativos, planilhas e documentos que detalham a aplicação dos recursos ao longo do exercício, permitindo o acompanhamento das despesas e dos investimentos realizados.

Assim, para fins de consulta e verificação detalhada dos investimentos executados no período, as informações podem ser acessadas diretamente no portal institucional por meio do seguinte endereço eletrônico: https://intranet.portodesantos.com.br/docs_codesp/doc_codesp_pdf_site.asp?id=161626 . Para consultar os dados em formato CSV ou visualizar outros períodos, acesse: <https://www.portodesantos.com.br/informacao/receitas-e-despesas-2/>



2.5 ADERÊNCIA AOS ODS E INICIATIVAS ESG

Reconhecendo o papel estratégico que desempenha, a APS tem, nos últimos anos, intensificado esforços na implementação de iniciativas alinhadas aos mais elevados padrões de governança, transparência e sustentabilidade.

As principais iniciativas ambientais, sociais e de governança implementadas pela Companhia em 2025 encontram-se alinhadas à Agenda 2030 da ONU e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), conforme quadro a seguir, evidenciando o compromisso com o desenvolvimento sustentável do Porto de Santos e de seu entorno.

Iniciativa ASG	Descrição sintética	ODS relacionados
Licença de Operação e Sistema de Gestão Ambiental	Porto de Santos operando com LO do Ibama válida até 2032, apoiada por Sistema de Gestão Ambiental com auditorias internas e programas ambientais estruturados.	 
Desempenho Ambiental (IDA)	Alcance de nota 96,95 no Índice de Desempenho Ambiental da ANTAQ, refletindo a adoção de boas práticas na gestão ambiental portuária.	 
Inventário de GEE e Plano de Descarbonização	Inventário de emissões (Escopos 1, 2 e 3) segundo GHG Protocol e contratação de estudos para Plano de Descarbonização e Plano Energético do Porto de Santos.	  
Gestão de Resíduos Sólidos e IDD	Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da APS, com aumento de 75% na destinação de recicláveis e monitoramento via Índice de Desvio de Descarte; terminais mantêm IDD próximo de 90%.	 
Gestão de Águas, Efluentes e Monitoramento da Qualidade	Captação, tratamento e reuso de água, operação de ETE própria e campanhas regulares de monitoramento da qualidade das águas e efluentes ao longo do canal de navegação.	 



Iniciativa ASG	Descrição sintética	ODS relacionados
Monitoramento de Biodiversidade	Monitoramento contínuo de aves, organismos aquáticos e espécies exóticas marinhas, com registro de 163 espécies de aves na área portuária, reforçando a conservação da biodiversidade.	 
Manifesto ESG Colabora Mundo ESG Challenge 2025 II Prêmio ESG Porto de Santos	Plataforma colaborativa com organizações públicas e privadas, realização do Colabora Mundo, desafios e prêmio ESG, voltados à difusão de práticas ambientais, sociais e de governança na comunidade portuária.	   
Parque Valongo e Relação Porto-Cidades	Revitalização da área histórica do Valongo e implantação de parque urbano voltado à convivência, cultura e lazer, fortalecendo a integração entre o Porto de Santos e a cidade.	
Movimento Transparência 100% e Selo de Transparência	A Companhia possui adesão ao Movimento Transparência 100% do Pacto Global e obtenção de selo de excelência em transparência pública, reforçando a integridade, a prestação de contas e o acesso à informação. Em 2025 a APS realizou o acompanhamento das metas do Movimento, bem como analisou o resultado de sua autoavaliação no Pacto Brasil para iniciar procedimentos de aperfeiçoamento do Programa de Integridade.	 
Sistema de Integridade, Riscos e IGAP	Estrutura de integridade e gestão de riscos baseada no modelo das três linhas, due diligence de integridade em terceiros, e desempenho de destaque no IGAP e em rankings de governança e ESG	



3. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa é fundamental para compreender como a APS se estrutura e organiza seus processos decisórios, mecanismos de controle e práticas de gestão, com o objetivo de gerar valor público e atender de forma eficiente, transparente e responsável às demandas de seus stakeholders. Esse conjunto de práticas evidencia o compromisso com integridade, conformidade e prestação de contas, além de assegurar o alinhamento entre os objetivos institucionais e os resultados entregues, por meio de uma estrutura societária clara e da atuação coordenada de seus órgãos de administração e fiscalização.

3.1 COMPOSIÇÃO E REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Programa de Dispêndios Globais (PDG)

A remuneração dos membros dos órgãos estatutários é fixada anualmente em Assembleia Geral, para o período de 12 meses, correspondendo ao período de abril a março para apuração e pagamento.

Para o período de abril/25 a março/26 foi aprovado o montante de R\$ 7.276.552,34 (sete milhões, duzentos e setenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e trinta e quatro centavos), correspondendo à remuneração máxima total dos membros da Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário.

Composição da Remuneração dos Diretores

Especificamente aos diretores, a remuneração é composta por:

- Honorário fixo;
- Honorária Variável Mensal (HVM);
- Remuneração Variável Anual (RVA);
- Gratificação natalina e de férias;
- Auxílio-moradia;
- Auxílio-alimentação;
- Plano de saúde;
- Seguro de vida;
- Previdência complementar.

Programa de Honorário Variável Mensal (HVM)

A remuneração variável dos Diretores é estabelecida por meio do programa de Honorário Variável Mensal (HVM), aferido trimestralmente e regulamentado pela Portaria nº 172, de 16 de maio de 2023, do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor). Trata-se da parcela variável da remuneração vinculada ao cumprimento de ações e metas trimestrais definidas pela Secretaria Nacional de Portos (SNP)/MPor e pelo Conselho de Administração. O programa tem como objetivo alinhar o desempenho da Diretoria Executiva aos objetivos institucionais e ao planejamento estratégico, constituindo mecanismo de incentivo ao alcance de metas de gestão desafiadoras. Além disso, contribui para o aprimoramento das práticas de gestão e ampliação dos níveis de concorrência, competitividade, eficácia e eficiência das empresas estatais federais responsáveis pela administração portuária.



Em 2025, a Diretoria Executiva alcançou média de 98,65% no cumprimento das metas de gestão estabelecidas no âmbito do HVM, resultado que evidencia o elevado grau de aderência às metas pactuadas e reflete o empenho contínuo da administração no alcance dos objetivos definidos.

Cumprimento de metas HVM	2023	2024	2025
1º trimestre	100%	100%	96,4%
2º trimestre	100%	100%	100%
3º trimestre	100%	100%	98,2%
4º trimestre	95%	96,4%	100%

Outro componente relacionado à parcela variável dos diretores é o Programa de Remuneração Variável Anual (RVA), que tem como objetivo vincular parcela da remuneração ao desempenho dos dirigentes, de modo a garantir a implementação da estratégia corporativa, o alcance de resultados na Companhia e a execução das políticas públicas. O programa do RVA somente tem validade após aprovação do Conselho de Administração da APS, do Ministério de Portos e Aeroportos e da Sest.

No programa RVA 2025, a Companhia incorporou os seguintes indicadores e metas na dimensão de políticas públicas:

Dimensões	Indicador	Sinal	Meta	Unidade de Medida	Peso	Resultado	Cumprimento de cada meta
Atuação em Políticas Públicas	Índice de Gestão das Autoridades Portuárias - IGAP	+	8,6	Nota	10%	9	104,65%
	Índice de utilização de Bolsas de Pesquisa Científica aplicada ao Porto	+	26	Bolsas	20%	30	115,38%
	Índice de cumprimento de metas ambientais e sociais (IC-AS)	+	80	%	20%	100	125%



O **Índice de Gestão das Autoridades Portuárias (IGAP)**, foi criado pela Portaria nº 574/2018 do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), e trata-se de um indicador que avalia a gestão dos portos públicos brasileiros. Ele é composto por 15 métricas, que incluem a governança, a transparência, a capacidade de investimento e a gestão ambiental. O Índice é um balizador da gestão portuária dos portos públicos brasileiros, sendo um dos critérios de avaliação do Prêmio Portos + Brasil, promovido pelo MPor.

Nos últimos anos a APS obteve a pontuação de 8,5, que demonstra um desempenho consistente e sólido, destacando sua capacidade de manter altos padrões de gestão. No último ano, a APS alcançou a nota 9, representando um avanço relevante e reforçando o aprimoramento contínuo das práticas de gestão.

Em 2025, a Companhia atingiu 115,38% no índice de utilização de bolsas de pesquisa científica aplicada ao Porto, indicador do Plano Estratégico 2023-2027 no eixo Inovação. O resultado reflete o sucesso da parceria com a Fundação CENEP e reforça o compromisso da Companhia com o desenvolvimento sustentável do Porto de Santos, alinhado à Meta 9.5 da ODS, promovendo pesquisa, inovação tecnológica e aumento da produtividade econômica.

O Índice de cumprimento de metas ambientais e sociais (IC-AS) foi criado com o objetivo de promover iniciativas (metas executivas) de boas práticas de gestão e sustentabilidade, vinculadas a projetos estratégicos da Companhia. O resultado obtido foi de 125% em relação a meta.

O resultado do programa RVA 2025 encontra-se disponível no site do Porto de Santos: <https://www.portodesantos.com.br/wp-content/uploads/PROGRAMA-RVA-2025.pdf>.

A Companhia possui uma Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos Estatutários, que define princípios e diretrizes sobre a remuneração, formas de aferição e pagamento. Esse instrumento visa incentivar a melhoria da performance, o alcance dos objetivos estratégicos e a sustentabilidade dos resultados da APS.

As informações sobre a remuneração dos administradores e Conselheiros Fiscais, bem como a Política de Remuneração, estão disponíveis no site do Porto de Santos:

Remuneração dos conselheiros:

https://intranet.portodesantos.com.br/lei_acesso/conselheiros.asp

Política de remuneração:

https://intranet.portodesantos.com.br/docs_codesp/doc_codesp_pdf_site.asp?id=134495



3.2 INOVAÇÕES EM GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em 2025, a Companhia continuou implementando procedimentos que fortalecem a integridade, a conformidade e a transparência.

Composição da Remuneração dos Diretores

A Análise de Conformidade Documental permite avaliar previamente os processos de contratação da Companhia, garantindo a suficiência e adequação dos documentos, mitigando riscos de não conformidade e conferindo maior segurança ao processo decisório.

Diligência de Integridade para Terceiros

A Diligência de Integridade para Terceiros aprofunda o conhecimento sobre pessoas físicas e jurídicas que buscam relacionamento com a APS, incluindo recomendações para mitigar riscos de integridade. Em 2025, o Manual de Diligência de Integridade foi revisado com o objetivo de promover aprimoramentos no procedimento, com base na experiência do primeiro ano de implementação. Este Manual estabelece critérios para seleção de contratos, procedimentos de avaliação, métricas de risco e ações de resposta e monitoramento, tornando essa análise uma etapa obrigatória para fornecedores de bens e serviços.

Manual de Utilização de Inteligência Artificial

A Companhia também possui um Manual de Utilização de Inteligência Artificial, orientando empregados no uso de IAs generativas e no desenvolvimento de soluções próprias, garantindo segurança e boas práticas tecnológicas.

Agenda de Governança

A APS mantém uma agenda de governança do Conselho de Administração, com o objetivo de orientar e monitorar a tomada de decisões estratégicas, assegurar a transparência e fortalecer a eficiência e a integridade na gestão da Companhia

Avaliação de Desempenho Administradores e Comitês Estatutários

Em 2025, a Companhia aprimorou o processo de avaliação de desempenho dos membros da alta administração e dos comitês estatutários, incorporando a metodologia de avaliação de pares. Essa inovação permitiu uma análise mais completa e transparente das competências individuais e coletivas, fortalecendo a cultura de accountability, incentivando a melhoria contínua e alinhando a atuação dos gestores às melhores práticas de governança corporativa.



4. PORTO ORGANIZADO DE ITAJAÍ

4.1 GESTÃO DELEGADAS DO PORTO DE ITAJAÍ (JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025)

Contexto e mandato público

Em 12 de dezembro de 2024, a Autoridade Portuária de Santos S.A. assumiu, por meio do Convênio de Descentralização nº 002.2024, a gestão do Porto Organizado de Itajaí (CNPJ 00.662.091/0001-20), localizado em Santa Catarina. A delegação teve vigência de 1º de janeiro de 2025 a 02 de janeiro de 2026 constituindo-se em política pública estratégica do Governo Federal para garantir a continuidade operacional e a recuperação de um dos principais portos brasileiros de movimentação de contêineres.

4.2 CONTRIBUIÇÕES PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

4.2.1. Entregas de Valor Público - Porto de Itajaí

Recuperação Operacional Histórica

O ano de 2025 marcou um período de intensa reestruturação e notável crescimento para o Porto Organizado de Itajaí, sob a gestão da Autoridade Portuária de Santos.

Indicadores de Desempenho Operacional:

Indicador	2024	2025	Variação (%)
Movimentação Total de Cargas	1.073.612 toneladas	4.763.245 toneladas	344%
Movimentação de Contêineres	513.119 toneladas	4.113.377 toneladas	702%
Total de Navios Operados	170 atracções	459 atracções	170%
Movimentação de TEUs	~46.000 TEUs	~366.089 TEUs	696%



Contexto e mandato público

- Recuperação da capacidade operacional do porto, essencial para o comércio exterior de Santa Catarina;
- Crescimento de 344% na movimentação de cargas, fortalecendo a corrente de comércio da região Sul.
- Houve um equilíbrio saudável entre fluxos comerciais:
 - Exportações: 2.478.182 toneladas (52,1%)
 - Importações: 2.285.063 toneladas (47,9%)

Recuperação da Infraestrutura de Navegação - Dragagem de Manutenção

Um dos principais feitos da gestão APS foi o restabelecimento da dragagem, resultando na homologação dos calados operacionais após a garantia das profundidades mínimas do canal interno, externo e na bacia de evolução.

- Investimento previsto: R\$ 98 milhões (2025-2027).
- Passivo de dragagem recuperado: A APS regularizou débitos vencidos que comprometiam a continuidade do serviço, assegurando, adicionalmente, o cumprimento integral do acordo de parcelamento ao longo de sua gestão.
- Resultado: Restabelecimento da segurança da navegação e aumento da capacidade de atendimento a navios de maior porte.

Desenvolvimento Econômico Regional

Geração de Receitas:

- Faturamento 2024: R\$ 86,1 milhões
- Faturamento 2025: R\$ 175,0 milhões (+103%)
- Arrecadação de ISS para o município: R\$ 4,5 milhões

Evolução Mensal

No primeiro quadrimestre de 2025 (janeiro a abril), o Porto de Itajaí registrou um faturamento de R\$ 64,4 milhões. No mês de abril de 2025, a arrecadação atingiu R\$ 14,8 milhões, representando um crescimento extraordinário de aproximadamente 202,2% em comparação com abril de 2024 (R\$ 4,9 milhões).

Geração de Empregos - criação de empregos diretos e indiretos

A retomada das operações, especialmente em eventos de grande envergadura como a operação de importação de veículos BYD, foi intrinsecamente ligada à valorização do capital humano. A operação BYD envolveu uma logística rigorosa e a coordenação eficiente de uma equipe multidisciplinar, trabalhando 24 horas por dia, gerando empregos diretos e indiretos e fortalecendo a economia local.

Segurança Nacional

- Garantia da continuidade das operações portuárias essenciais;
- Restabelecimento da segurança da navegação.



Sustentabilidade Ambiental

- Renovação da licença ambiental;
- Ações de limpeza e preservação do meio ambiente.

Governança Corporativa e Boas Práticas

A APS incorporou à gestão do Porto de Itajaí a mesma estrutura de governança e as políticas e planos bem-sucedidos aplicados no Porto de Santos, pautados pelas boas práticas regulatórias e pela legitimidade, estabilidade e coerência com o ordenamento jurídico, obedecendo aos sedimentados princípios de transparência, equidade e responsabilidade corporativa.

Estruturas Aplicadas:

- Processos otimizados e desburocratizados alinhados às funções organizacionais e às necessidades das partes interessadas;
- Auditoria interna e controles de conformidade.

4.2.2. Declaração de Recursos na Gestão do Porto de Itajaí

Programa de Dispêndios Globais (PDG) 2025

Conforme mencionado na Seção 2.2, o PDG 2025 foi estabelecido pelo Decreto Presidencial nº 12.804/2025 no valor de R\$ 3,1 bilhões, incluindo os gastos com o Porto de Itajaí. Foi encaminhada proposta de reprogramação no valor de R\$ 2,8 bilhões, já desconsiderando os gastos do Porto de Itajaí, tendo em vista o término da concessão da gestão em 31 de dezembro de 2025.

Principais Investimentos e Despesas:

- Dragagem de manutenção: R\$ 61,3 milhões
- Regularização de passivos contratuais: R\$ 59,5 milhões
- Precatórios: R\$ 14,3 milhões
- Despesas operacionais correntes: Cobertas pela geração de receitas próprias do Porto de Itajaí (R\$ 175 milhões)

Fontes de Recursos:

- Receitas tarifárias do Porto de Itajaí
- Receitas patrimoniais (arrendamentos de área)
- Recursos da APS para cobertura de passivos e investimentos estratégicos

4.2.3. Conclusão da Gestão Delegada

A gestão delegada do Porto Organizado de Itajaí pela Autoridade Portuária de Santos no ano de 2025 cumpriu integralmente sua missão de política pública, garantindo:

Recuperação operacional histórica com crescimento de 344% na movimentação de cargas;

Estabilização da governança e aplicação de boas práticas regulatórias;

Regularização de passivos acumulados (R\$ 135,1 milhões);

Restabelecimento da segurança da navegação através da dragagem;

Geração de valor econômico para a região (R\$ 175 milhões em faturamento);

Preservação e criação de empregos com valorização do capital humano local; e

Compromisso com sustentabilidade ambiental e social.





A experiência demonstrou a capacidade da APS de aplicar seu modelo de gestão de excelência em diferentes contextos portuários, contribuindo para o fortalecimento do setor portuário nacional e para a implementação das políticas públicas do Governo Federal.

Por meio do Convênio de Descentralização nº 01/2025, celebrado pela União, por intermédio do Ministério de Portos e Aeroportos, a Companhia das Docas do Estado da Bahia – CODEBA passou a ser responsável pela administração e exploração do Porto Organizado de Itajaí, SC, com vigência a partir de 3 de janeiro de 2026.

4.2.4. Aderência aos ODS e Iniciativas de ESG

Iniciativa ASG	Descrição sintética	ODS relacionados
Licenciamento Ambiental	Renovação da Licença Ambiental de Operação do Porto de Itajaí em 02 de maio de 2025, garantindo a conformidade com a legislação ambiental vigente.	  
Mutirão "Juntos pelo Rio"	Em parceria com a Univali e outras entidades, o Porto de Itajaí promoveu o mutirão "Juntos pelo Rio", que envolveu: <ul style="list-style-type: none">· Recolhimento de resíduos nas margens dos rios e encostas;· Atividades de sensibilização da população sobre a prevenção da dengue;· Participação de acadêmicos, professores e colaboradores como voluntários;· Coleta e triagem de resíduos em áreas críticas.	  



Iniciativa ASG	Descrição sintética	ODS relacionados
Programa "Escola no Porto"	<p>O programa manteve-se ativo ao longo de 2025, promovendo:</p> <ul style="list-style-type: none">· Educação ambiental e conscientização sobre a importância do porto;· Fortalecimento dos laços entre o porto e a comunidade local;· Formação de futuras gerações conscientes do papel e dos desafios do setor portuário.	
Geração de Empregos	<p>A retomada das operações, especialmente em eventos de grande envergadura como a operação de importação de veículos BYD, foi intrinsecamente ligada à valorização do capital humano. A operação BYD envolveu uma logística rigorosa e a coordenação eficiente de uma equipe multidisciplinar, trabalhando 24 horas por dia, gerando empregos diretos e indiretos e fortalecendo a economia local.</p>	



5 . MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Autoridade Portuária de Santos S.A. declara que subscreveu nesta data a Carta Anual de Governança Corporativa e Políticas Públicas, referente ao exercício de 2024, em conformidade com os incisos I, III e VIII do art. 8º da Lei nº 13.303, de 30/06/16.

Carlos Henrique Martins de Lima

Presidente do
Conselho de Administração

Gustavo de Oliveira e Silva

Conselheiro de Administração

Cassandra Maroni Nunes

Conselheira de Administração

Erick Moura de Medeiros

Conselheiro de Administração

Vitor Camargo de Rosis

Conselheiro de Administração

Luciana Fuschini Nave

Conselheira de Administração

Sidney Antonio Verde

Conselheiro de Administração